

3.

Ser pai

O pai e o exercício da paternidade não têm merecido, na sociedade ocidental, a mesma ênfase que é dada à mãe e à importância de seu papel junto ao filho, nem tanta prodigalidade em termos de homenagens, estudos e publicações literárias. Não foram muitos os que se propuseram a se debruçar sobre o tema, traçando, nos moldes como encontramos de forma bastante fecunda no tema maternidade, uma história da paternidade e do papel do pai na constituição e desenvolvimento do filho, buscando compreender em profundidade a vivência do homem na nossa sociedade e os fatores que determinam que o exercício da paternidade ocorra do modo como se dá.

Mesmo na teoria psicanalítica, que tanta ênfase dá ao papel e à importância materna, a paternidade tem sido um tema relativamente esquecido e pouco aprofundado, deixando ao pai apenas um papel secundário, e só a partir da instauração do Complexo de Édipo, quando vem romper a simbiose existente entre a mãe e o bebê.

Apenas na última década, em verdade, desenvolveram-se estudos sobre a masculinidade e a paternidade. Talvez isso se explique porque, numa perspectiva mais tradicional, a importância do pai na criação do filho é bem menor que a da mãe, ocorrendo sobretudo em uma esfera simbólica. O pai é alguém que vai servir como um modelo para o filho e é, para ele, o portador do poder e da autoridade, da censura e da interdição.

Uma das conseqüências dessa visão tradicional é o que geralmente ocorre nas varas de família, a cada vez que um casal com filhos resolve se separar ou divorciar. Sistemáticamente, a guarda das crianças é confiada à mãe, com aprovação unânime dos pais, do juiz, do membro do Ministério Público e da sociedade.

Seguidores cegos do modelo tradicional, ninguém ousa, normalmente, questionar o que lhes parece óbvio: a mãe é essencial à criança; o pai tem uma importância mais secundária e menos significativa. Por isto, de forma geral, o pai nem pensa em pedir a guarda (e quando pensa, é fortemente desestimulado pelo

seu próprio advogado) e a mãe, nem sequer cogita a hipótese de entregar ao pai a criança.

Entretanto, a biologia não nos traz muitos artifícios para explicar essa tradicional divisão de tarefas; nem o instinto materno, como discutimos no capítulo anterior, é algo tão comprovadamente certo e universal para justificá-la. Anatomia, ao contrário do que disse Freud, está longe de ser destino, e essa relação padrão da família nuclear burguesa, em que o pai é facilmente excluído da criação dos filhos, longe de ser natural e biologicamente determinada, foi construída historicamente, determinada pelas relações sócio-culturais e político-econômicas, constituindo, assim, uma atribuição e uma prática social, como veremos a seguir.

Como ressalta Ramires (1997), nos primeiros anos de existência da espécie humana, quando o homem ainda desconhecia o seu papel na procriação, a mulher era tida como a única responsável pela reprodução da espécie e, por isto, tinha uma posição privilegiada na sociedade. As famílias eram centradas na figura materna, toda a prática religiosa era inspirada no tema da fecundidade feminina e a vida sexual das pessoas visava somente à livre satisfação do desejo.

Esta posição privilegiada da mulher foi sendo perdida, na medida em que a valorização da força física foi superando a da capacidade de gerar, uma vez que se mostrava mais necessária para manter a vida já existente, em um grupo que precisava caçar para se alimentar, e guerrear para conseguir conservar seu direito a um determinado território e aos recursos naturais ali existentes.

Com a descoberta da participação do homem na reprodução, fez-se uma verdadeira revolução social, que subverteu não apenas a estrutura da família, mas também a da religião e a própria vida sexual das pessoas. Iniciou-se, a partir dessa descoberta, uma preocupação dos homens em conhecer a verdade biológica a respeito da paternidade e da filiação, a fim de que seus direitos de posse e propriedade se transmitissem àqueles que fossem seus herdeiros legítimos, e não a filhos de outros homens. Seu desejo era de que os bens por ele conquistados permanecessem dentro de sua família, passando para aqueles que com ele tivessem vínculos consangüíneos, biológicos, genéticos.

Para isto, o homem buscou, por todas as formas, alcançar uma paternidade incontestável. Para que atingisse tal objetivo, entretanto, era preciso controlar a sexualidade feminina. A virgindade da mulher tornou-se um valor imprescindível

para que ocorresse um casamento, assim como sua irrestrita fidelidade ao marido, no curso daquela relação. Dissociou-se, para as mulheres, o sexo do prazer e da afetividade, vinculando-se ele, inexoravelmente, à necessidade de reprodução. O exercício da sexualidade feminina fora do casamento ficou, portanto, proibido, e se instituiu assim, como um triunfo desse espírito patrimonialista, a família monogâmica.

No estágio inicial da monogamia, entretanto, como já visto no primeiro capítulo, a família estava longe de ser como a que hoje conhecemos. As figuras parentais não tinham grande destaque na criação das crianças, nem eram os únicos objetos de identificação delas. Ao contrário, sua educação era toda dirigida pelos criados e não havia relações de maior intimidade entre pais e filhos. Entre parentes diversos, agregados, clientes e criados, laços emocionais significativos se desenvolviam em muitas direções, e todas essas pessoas ofereciam-se, de algum modo, de modelo, na constituição do novo ser que se desenvolvia.

A posição do pai, ainda assim, tinha enorme relevância, porque ele era o todo-poderoso, tendo poderes não só de vida – a escolha da profissão, do casamento e a tomada de todas as decisões mais importantes sobre a vida do filho – mas também de morte sobre os filhos. Considerada a origem de seus poderes divina, o pai estava, para os filhos, assim como o rei estava para os seus súditos e como Deus estava para os homens (Badinter, 1985): era a autoridade soberana e absoluta, à qual todos deviam se submeter, dotada de indubitável amor e bondade em relação a seus filhos, que ninguém ousaria questionar.

Demorou muito tempo para que o poder paterno passasse a ser encarado como é hoje: um “poder-dever”, concedido aos pais pelo Estado para que, através dele, o pai possa ajudar a criança, compensando a fragilidade e a falta de discernimento próprio da idade. Só com essa nova compreensão, esse poder ganhou limites, justificando-se apenas na medida em que fosse exercitado em benefício da criança, e havendo inclusive a possibilidade de o pai ser chamado a prestar contas à sociedade, pelo mau uso que tenha feito dele, podendo perdê-lo, caso estivesse, com ele, prejudicando de alguma forma o próprio filho.

Com o advento da família nuclear, e a valorização da privacidade e da domesticidade, é que a família, mais fechada em si mesma, começou a desenvolver mais a afetividade e os laços emocionais existentes entre seus membros. Os papéis dentro dela, entretanto, eram claramente divididos: se à

mulher, por todo o exposto no capítulo anterior, coube o cuidado com a casa e os filhos; ao homem, restou a função de prover materialmente a família, e de dirigi-la, como seu chefe.

A criança, que viu, repentinamente, toda a sua necessidade afetiva tendo que ser suprida exclusivamente por seus pais, praticamente os únicos com quem mantinha algum contato, pelo menos até chegar a idade de ir para a escola, buscou garantir o seu amor como pôde, e submeteu-se docilmente à sua autoridade. A incapacidade e impotência da criança para buscar, sozinha, a satisfação dos próprios desejos e vontades, sua dependência biológica e psicológica dos pais, sua necessidade de ser alimentada e amada, possibilitou o controle e a dominação de uma geração sobre a outra.

Ao homem não era exigido o menor senso de responsabilidade em relação aos fatos corriqueiros relacionados à educação das crianças. Sua obrigação consistia unicamente em ir diariamente para o espaço público, distante dos filhos, para lá conseguir os recursos necessários à sua manutenção e de toda a família, tendo pouco envolvimento direto com eles. Em verdade, pode-se dizer que o exercício da paternidade era até desestimulado, nos homens, por diversos pensadores e teóricos.

Para Rousseau (*apud* Badinter, 1985), por exemplo, o pai sequer existia. Este autor apenas concebia a existência de um macho que fecundava a fêmea, mas sem nem ao menos haver necessidade de que disso tivesse ciência. Esse macho não teria, na natureza, nenhuma função em particular, em relação às suas crias. Já na espécie humana, que vive em um “estado social”, tinha-lhe sido atribuída a função de manutenção e proteção dos filhos, na medida em que eles necessitassem, devendo todo o resto ser deixado ao encargo da mulher. Assim, diz Rousseau (2004), com todas as palavras, justificando plenamente, com sua tese, o desinteresse masculino pelos assuntos domésticos, que a mulher deve ser a única a cuidar da casa e da família, sendo mesmo indecente para o homem informar-se do que ali se passa.

Os homens, desta forma, deveriam se ocupar dos negócios e da política, dedicando seu tempo ao trabalho fora de casa, que traria os recursos necessários à manutenção da família. Não tinham eles, segundo esses teóricos, capacidade para o trabalho delicado da criação de filhos, nem mesmo tempo ou disponibilidade de

espírito. A altura de suas meditações e preocupações não os permitiria “descer” ao nível das crianças, devendo, portanto, a educação delas ficar reservada à mãe.

Alain (*apud* Badinter, 1985), já no início do século XX, procurou demonstrar mais cabalmente fatos que lhe pareciam já tão evidentes, provando a falta de predisposição da natureza masculina a relacionamentos mais afetivos com os filhos. Dizia ele que, estando os homens habituados a lutar com a dura realidade exterior, não poderiam compreender e aceitar a infância, com seus caprichos, seus sonhos e suas fraquezas, nem as regras de afeição que a governam, tão estranhas para ele, tão excluídas de seu universo. Por isto se tornariam severos e impacientes, sendo as mães assim, por estarem mais familiarizadas com tudo aquilo, mais aptas para gerenciarem a criação dos filhos, que caberia sobretudo a elas, sendo os pais meros colaboradores, cuja participação era bem menos necessária, e mais acessória.

A função paterna, segundo se acreditava à época, seria fundamentalmente a de dar aos filhos bons exemplos de conduta, a fim de ser um bom modelo para eles. Nada muito trabalhoso. Nada que exigisse do homem sacrifícios ou alterações radicais de seus hábitos. Apenas a sua presença, e em uma frequência tal que fosse suficiente para que o filho tivesse certeza de que ele era real e estava vivo. A única exigência que se fazia ao pai é que estivesse vivo, e continuasse vivo durante os primeiros anos de seus filhos. (Badinter, 1985)

Para Sée (*apud* Badinter, 1985), o homem devia manter a saúde intacta, para transmiti-la aos herdeiros e, mais tarde, ter também alguma participação na educação social deles. Entre os dois momentos, ele não teria nada a fazer. Permaneceria distante e alheio à vida dos filhos, deixando tudo ao encargo da mãe, desempenhando apenas a função de provedor, mantenedor da família. Quanto mais recursos ele levasse para dentro de casa, quanto mais conforto proporcionasse à família, mais ele era reconhecido e valorizado como pai.

Segundo Parseval (1986), “O homem ocidental sofreu verdadeiramente uma amputação de uma parte da paternidade, pelas prerrogativas arbitrárias – que são aliás pesadas para a mulher – atribuídas à mãe pela nossa cultura” (p.227). Ou, nas palavras de Badinter (1985):

“É preciso admitir, com toda a justiça, que o homem foi despojado de sua paternidade. Reconhecendo-lhe (e a ele, exclusivamente) tão-somente uma

função econômica, distanciaram-no progressivamente, no sentido literal e no figurado, de seu filho (...) Tudo parece indicar, contudo, que essa privação não se realizou sem a aquiescência das próprias vítimas”. (p.294)

Assim, sem questionar o papel que era para ele estabelecido, o pai foi sendo culturalmente condicionado a uma função bastante restrita. Era visto como alguém distante e, sendo, por isso, impalpável e fortemente idealizado. Representando a autoridade dentro da família, era mais temido do que respeitado ou amado.

“Esse pai viveu, durante décadas, satisfeito, seguro de ter cumprido sua parte... E como não a teria cumprido, se não lhe pediam nada mais que ser um bom trabalhador que volta, ajuizadamente, todas as noites, para casa? No máximo, esperava-se dele que elevasse a voz, à noite, contra o menino teimoso, ou que felicitasse o aluno estudioso.” (Badinter, 1985, p.294)

Além de todo o já exposto, o amor paterno tinha que ser concebido e desempenhado à distância, sob pena de vir a perder o afeto e o respeito dos filhos. Os contatos com os filhos deviam ser lingüísticos e racionais, com fins de transmissão de conhecimentos e das leis morais “universais”. A maternagem e a carícia lhe eram formalmente proibidas. A imagem tradicional do homem era a de detentor da palavra e representante do mundo exterior.

Nesse pensamento, defende Dolto (1997), mesmo ela, que tantas vezes questionou a exclusão sofrida pelo pai e ressaltou sua importância no desenvolvimento infantil:

“Nunca é pelo contato físico que o amor do pai se manifesta. Ele pode existir quando a criança é pequena, mas muito cedo, não deve existir mais, ou existir o menos possível. O pai é aquele que coloca a mão no ombro do filho e diz “meu filho”, “minha filha”; (...) que dá explicações sobre as figuras de um livro ou de uma revista, contando sobre as coisas da vida; (...) o pai pode sair com os filhos, levá-los para ver coisas interessantes (...) Mas, sobretudo, os pais devem saber que não é pelo contato físico, mas pela palavra, que se podem fazer amar afetuosamente e respeitar por seus filhos.” (p.171-172)

A concentração das funções da maternagem na figura da mãe e a pouca participação admitida ao homem atendiam, é claro, aos interesses sócio-econômicos, políticos e ideológicos da época, dando o suporte necessário à dominância masculina no espaço público. A divisão sexual do trabalho, essa atribuição artificial de tarefas a um sexo ou ao outro, longe de ter uma base

científica, não refletia senão aspectos e representações culturais. Neste sentido, ressalta Ramires (1997):

“...as desigualdades entre homens e mulheres no exercício da parentalidade em nossa organização social foram artificialmente criadas e *construídas* com base em fatores ideológicos e culturais, sob pretexto de fatos naturais, biológicos, exclusivamente.” (p. 111)

As concepções, discursos e leis regentes da sociedade patriarcal e capitalista foram sendo, aos poucos, introjetadas no inconsciente de cada um, condicionando sua repetição, de certa forma corroborada pelas primeiras teorias psicanalistas.

Para Freud (1996e), como a criança se relacionava com os objetos movida, a princípio, pela pulsão de autoconservação, e como o pai não estava em nada relacionado a essa pulsão, tendo em vista que era da mãe que vinha o alimento, no estágio inicial do desenvolvimento da criança não havia nenhuma necessidade ou demanda desta pela presença paterna, que só se revertia de importância anos mais tarde, quando entravam em cena as pulsões libidinais e o Complexo de Édipo.

Freud, entretanto, assim como diversos de seus seguidores, procurando compreender o indivíduo a partir do seu inconsciente e das relações desenvolvidas com a família, descreveu uma estrutura intrapsíquica e um processo edípico que considerou natural, universal, e biologicamente determinado, e acabou limitando, com este determinismo psíquico, a visão do ser humano, ignorando ser ele também fruto e agente da História, capaz de transformar e ser transformado pela sociedade em que vive.

Defendendo ser a catexização dos objetos feita inevitavelmente da mesma maneira, no desenvolvimento normal da sexualidade da pessoa humana, Freud tornou o processo de constituição do sujeito previsível, e deixou passar despercebido o fato de que os medos e as fantasias encontrados nas crianças não são naturais e universais, mas, ao contrário, são típicos da estrutura familiar burguesa, o que indica que, longe de os estágios do desenvolvimento sexual percebidos por Freud (1996e) serem estágios naturais, são frutos das interações que estas crianças fazem com o mundo, das atitudes e comunicações de seus pais, principalmente.

Assim, se, por um lado, sua análise da estrutura e do funcionamento do psiquismo humano é de uma profundidade espantosa, analisando exaustivamente os vínculos e as relações intrafamiliares, e colocando a repressão sexual na família como a grande causadora de neuroses, o recorte que fez desses fenômenos foi, ao mesmo tempo, bastante limitado, uma vez que esqueceu o tecido social mais amplo, os papéis que homens e mulheres desenvolvem na organização social, retirando assim, de sua teoria, uma perspectiva social e histórica.

Grande parte dos psicanalistas enfatizou sobremaneira a importância da relação da criança com a mãe, colocando-a inclusive como a grande responsável pela própria relação do pai com a criança, que somente ela teria condições de possibilitar, impedir ou desfigurar. Seria a mãe, inclusive, quem dotaria (ou não) o pai do poder de desempenhar o papel que lhe cumpriria no desenvolvimento do filho ou filha, na medida em que investisse (ou não) nele seu amor e seu desejo. Dependia, assim, primordialmente da mãe o desenvolvimento emocional da criança.

Além desse aspecto subjetivo, mesmo os cuidados diretos à criança seriam obrigações maternas, que podiam (ou não) serem delegadas, em alguma medida, ao pai, conforme a mãe o quisesse. É como se ela fosse a “guardiã do portão”, e tivesse o poder de permitir ou não a entrada do pai, visitante estranho, para participar da criação do filho, potencializando ou mitigando o apego entre eles.

Winnicott (1982) também coloca na mãe essa função intermediária, entre o pai e o bebê. Segundo ele, ela é a grande responsável pela boa paternidade do marido, dependendo dela que ele venha a conhecer os filhos e ter uma proximidade maior com eles, sem nunca, entretanto, poder substituí-la em suas funções, por mais materno que fosse o pai, e por melhor que este se julgasse, em comparação à sua mulher.

Chasseguet-Smirgel (1988) chega a afirmar que o desejo mais arcaico e fundamental do ser humano é reconstituir a união primordial com a mãe, em seu ventre, que para ele representa o prazer sem obstáculos ou entraves. Isto, segundo ela, significaria a exclusão radical da participação e da existência do pai, já que a vida intra-uterina se dá em um “universo sem pai”. Ressalta a autora, entretanto, que a maturidade psíquica do indivíduo só se dá quando este consegue prescindir dessa fantasia e integrar o casal parental em seu mundo interior.

Para os psicanalistas mais tradicionais, portanto, a importância do pai reside somente no oferecimento do apoio emocional de que a mãe necessitaria e na instauração da lei e da ordem na vida da criança, além do fato de servir-lhe de modelo e objeto de identificação e de transmitir-lhe a filiação nominal (“o nome do pai”).

Embora muitos estudos psicanalíticos tenham afirmado que a privação da figura paterna, seja por ausência, distância, debilidade, fraqueza, inadequação ou simples dificuldade deste pai para assumir o seu papel e as funções dele decorrentes, traga consequências malévolas para o desenvolvimento emocional da criança, a época em que a participação do pai se torna importante e a forma como ela se dá é sempre posterior e menos intensa que a da mãe.

Em geral, pela teoria psicanalítica mais tradicional, o pai “não existe” nos primeiros tempos da existência do filho, só entrando em cena mais tarde, depois que o trecho mais importante da história já se desenrolou. Para Freud (1996e), isto seria apenas por volta dos quatro ou cinco anos, por volta do Complexo de Édipo. Mahler et al (1977) defendem que ela se daria do sexto mês ao terceiro ano de vida. Segundo Klein (1981, 1982), a necessidade do pai apareceria na segunda metade do primeiro ano de vida, posição que acompanham Aberastury & Salas (1984), segundo os quais essa importância do pai surgiria também no início da adolescência, época de definição da identidade sexual.

É impressionante como, para esses autores, o papel do pai no desenvolvimento emocional do filho se dá de forma secundária, servindo principalmente como um exemplo de homem e modelo no exercício das funções paternas, na construção da masculinidade do menino e do futuro pai que ele se tornará.

O pai só adquire, para a psicologia e a psicanálise clássicas, uma importância maior, no caso de haver fracasso da mulher enquanto mãe. Neste caso, ele poderia, talvez, de acordo com sua disponibilidade, corrigir as distorções havidas na relação, e atenuar seu malefício.

Algumas teorias psicanalíticas posteriores, todavia, trouxeram importante contribuição para entendermos como esse tipo de relação, essa assimetria entre cuidados maternos e paternos, vai se reproduzir ao longo da história, na medida em que afeta diretamente a estrutura psíquica e os processos inconscientes da criança.

O principal mérito desses teóricos é o de terem sabido aliar processos inconscientes individuais com a dimensão sócio-cultural e ideológica dessa reprodução. Rejeitando os fatores biológicos como seus justificadores únicos, não deixam que fique obscurecido o fato de esses papéis serem constructos sociais, tão variáveis quanto o contexto histórico em que se apresentam.

Perguntaram-se eles: se os homens, assim como as mulheres, foram também bebês, amamentados, cuidados, maternados, por que não teriam também podido se identificar com aquele seu primeiro objeto de amor e desenvolvido a capacidade de maternar e de exercer praticamente todas as funções que as mães exercem, com a exclusão óbvia da gestação, do parto e da amamentação? Por que não reagem e tomam definitivamente posse do seu direito de paternidade, se submetendo desta forma às “guardiãs do portão”? Por que abrem mão, muitas vezes, inclusive de desempenhar as funções que lhe são tradicionalmente atribuídas, como a de promover a separação da díade mãe-filho, colocando limites nessa relação?

Para Chodorow (1990), por exemplo, as diferentes atuações de mães e pais não se devem a um fator natural, mera consequência das funções fisiológicas maternas. Nem são comportamentos adquiridos por mero treino de papéis. São, ao contrário, fruto das identificações feitas pelo indivíduo desde sua própria infância, que passaram a integrar sua personalidade.

Para a autora, recebendo, em sua infância, cuidados diretos basicamente de uma única pessoa (a mãe ou outra mulher que viesse a lhe substituir), a criança criava com ela uma relação estreita, dependente, intensamente emocional. Enquanto que, com o pai, a relação era mais distante e idealizada. A partir daí, conforme a criança fosse menino ou menina, e vivesse portanto experiências pré-edípicas e edípicas diferenciadas, suas vivências transcorreriam de forma diversa.

Neste ponto, convém fazermos uma pausa para que se faça uma diferença entre sexo – que diz respeito aos aspectos biológicos e anatômicos – e gênero – que tem relação com os aspectos psicológicos, sociais e culturais.

Em verdade, segundo os indicadores anatômicos, a criança, assim que nasce, recebe um rótulo (menina/menino), e, com ele, uma gama de estereótipos da feminilidade ou masculinidade (meninas – passivas, afetivas, dependentes, exclusivamente responsáveis pelos cuidados com as crias; meninos – ativos, racionais, fortes e independentes).

Apesar da aparência de permanência e universalidade, essas características dos gêneros na realidade não têm um conteúdo fixo, e sofrem uma enorme variabilidade histórica. Constituem-se apenas possibilidades de ser socialmente aceitas em determinada época e lugar, que excluem, automaticamente, outras possibilidades de ser, outras alternativas para o modo de ser homem ou mulher (Giffin, 1998).

Esse rótulo leva, portanto, à atribuição de um conjunto de pressupostos fixados de antemão, que nortearão a criação da criança. É a fase da “atribuição de gênero” que, como prega Chodorow (1990), se seguirá à fase de “identificação de gênero”, formadora da “identidade de gênero”, que é a percepção do próprio indivíduo quanto a seu pertencimento a um ou outro gênero e ao sentido desse pertencimento, a maneira como ele será expresso e exercitado.

Assim, seguindo o raciocínio, a menina, que tem o mesmo sexo de sua mãe, tende a se identificar mais fortemente com ela, desenvolvendo uma ligação mais simbiótica. A mãe também contribui, pela forma como a educa, para que ela se identifique cada vez mais com seu caráter, seus valores e seus hábitos, e para que, aos poucos, vá se desenvolvendo nela a vontade de maternar, enquanto imita, na sua relação com a boneca, os cuidados e o carinho que vê a mãe tendo consigo própria ou com seus irmãos menores.

Muraro (1992) continua o estudo do desenvolvimento da menina, salientando que, quando chega ao Complexo de Édipo, a menina, observando que o pai é aquele que manda e a mãe a que se submete às suas decisões, e percebendo, a partir daí, a supremacia masculina em uma sociedade que costuma valorizar e dar mais poder ao homem do que à mulher, conclui que isto se dá por lhes faltar o falo.

Sentindo então que, por serem castradas, tanto ela quanto a mãe são inferiores, embora conserve intacto o amor que lhe devota, até por se identificar com ela, passa a buscar também um outro amor: o do pai, fálico e todo-poderoso. Une assim os dois amores, ligando definitivamente afeto e sexualidade, e privilegiando o amor pelo outro, em detrimento do amor por si, pois fazer o inverso seria perder pai e mãe.

Chodorow (1979) corrobora essa tese, afirmando também que o apego da menina ao pai não substitui o seu apego à mãe e que ela nunca abandona a mãe como objeto de amor, mesmo adotando uma orientação sexual heterossexual. Isto

tudo colabora para que o mundo feminino possa se tornar mais rico de relações afetivas e pleno de amizades mais profundas.

Já o menino vê desde cedo sua masculinidade ser enfatizada pela mãe, que muitas vezes consente ou até estimula nele uma postura machista em relação a ela própria ou às suas irmãs. Desta forma, ele é impelido a se diferenciar e, aos poucos, vai substituindo a identificação primária que tem com a mãe pela identificação com o pai ou outro homem adulto importante. Isto é uma questão bastante problemática para o menino, pois, sendo esse pai distante e inacessível ao filho, se comparado com a mãe, essa identificação fica bastante difusa e generalizada.

Na verdade, sem conhecer muito intimamente o pai, o menino se identifica com alguns aspectos do papel masculino, alguns traços do seu comportamento e personalidade, alguns valores que norteiam a relação. Na ausência de um objeto identificatório mais próximo e concreto, o menino constrói para si mesmo uma imagem do que é ser homem, mais formulada em termos negativos do que positivos: “ser homem é não ser mulher”. Enquanto a mulher define sua personalidade através da manutenção de vínculos, o homem a define a partir da separação e da afirmação da diferença.

Na tentativa de negar a identificação primária e a ligação profunda e dependente que havia tido com a mãe, garantindo, desta forma, sua identidade de gênero e sua masculinidade, o menino tem que rejeitar, denegrir, reprimir, tudo o que é feminino, esteja dentro ou fora de si mesmo.

Além disto contribuir imensamente para a desvalorização sócio-cultural da mulher, como bem salienta o autor, ainda faz com que o menino se afaste decididamente de tudo o que lembre a maternagem, já que o cuidado com os filhos é, tradicionalmente, visto como parte do universo feminino, exclusivamente, e significaria uma aproximação perigosa com aquele que foi seu primeiro e principal modelo, do qual agora precisa “se desidentificar”.

A família e toda a sociedade reforçam esse movimento, desestimulando cedo, nos meninos, as mesmas brincadeiras que estimulam nas meninas, e incentivando neles jogos mais competitivos e agressivos. Prova disso é o verdadeiro estardalhaço que causa, em uma família, o pedido de um menino para ganhar uma boneca. As pessoas em geral imediatamente associam este pedido a algum risco em relação a sua orientação sexual.

A mesma sociedade que incumbe as mulheres do cuidado com as crianças, simultaneamente, exime e afasta os homens desse papel. Assim, sendo o desejo de maternidade a origem primária do desejo de paternidade, e sendo aquele um desejo, em nossa sociedade, proibido para o homem e imediatamente associado à homossexualidade, o menino, em se tornando adulto, se vê inibido de assumir de modo mais afetivo a paternidade.

Devemos considerar ainda que o pai, com quem agora precisa se identificar, é, segundo nos ensinou Freud (1996e), o mesmo que produziu um corte na relação intensa que o filho desenvolvia com a mãe, rompendo a simbiose existente entre eles, e transformando a díade original em uma relação triangular, fazendo a criança compreender que a mãe estava interdita para ela, pois já pertencia a um outro, o seu pai e, interiorizando a lei paterna, renunciava a seus desejos incestuosos.

Obviamente que a interferência paterna neste momento foi essencial para que o filho conseguisse sair daquela relação e começar a tomar consciência de si mesmo, enquanto sujeito independente, começando a desenvolver sua autonomia e a se preparar para enfrentar o mundo exterior. Mas, nada disso impede que ele sinta o pai, naquele momento, como um opressor e agressor, fazendo dele o principal objeto e escoradouro do seu ódio.

Ódio este que, segundo Freud (1996e), o filho projeta novamente no pai, temendo por isto o desejo de vingança paterno e o conseqüente castigo da castração. Por isso, segundo o autor, o menino finalmente abdica de seus desejos e fantasias relacionados à mãe, reprimindo-os no inconsciente, e conservando por ela apenas um afeto separado da sexualidade.

Winnicott (1982, 2001) também ressalta este viés do relacionamento da criança com o pai. Segundo esse psicanalista, o bebê desde cedo aprende a amar a mãe, que lhe dá o alimento, lhe administra carinhos e elimina suas razões de desconforto. Assim, precisando também de alguém em quem projetar o seu ódio, sua pulsão agressiva, tende a colocá-la no pai, uma vez que detestar a mãe, a quem ele tanto ama, seria engendrar uma grande confusão de sentimentos. Por isso, para o autor, a presença do pai junto à criança teria uma função de manutenção do equilíbrio interior do filho, que poderia continuar despejando apenas seu amor na mãe, tendo já onde despejar o seu ódio, sem grandes danos.

Por tudo isto, segundo Muraro (1994), não podendo mais investir sua libido na mãe, e sentindo-se impossibilitado de colocá-la integralmente no pai, o menino percebe o amor a si mesmo como o único possível, e aprende rápido a colocar os seus interesses em primeiro lugar, passando a investir sua libido no intelecto, na competitividade, na aquisição de habilidades e conhecimentos.

Daí, segundo a autora, decorrem a solidão e a falta de vínculos íntimos e profundos dos homens das sociedades patriarcais e burguesas, acostumados que estão, desde a mais tenra idade, a desvalorizarem em tudo as mulheres e a dissociarem sua sexualidade de sua capacidade de amar e dar afeto.

Percebe-se, assim, que ambos, tanto o homem quanto a mulher, não nascem pai e mãe, mas se tornam pai e mãe. Eles constroem suas identidades parentais, incorporando valores e características que lhes são transmitidos, através de modelos. Paternidade e maternidade se constituem, assim, “campos privilegiados do encontro da natureza com a cultura” (Ramires, 1997, p.75). E, por isto mesmo, sofrem reflexo das mudanças político-econômicas e ideológico-culturais que ocorrem no seio da sociedade. Jablonski (1999) ressalta esta idéia:

“Tanto a paternidade quanto o conceito de masculinidade são fortemente embasados no contexto cultural e social. (...) Assim, é natural que o forte ingresso da mulher no mercado de trabalho, os enormes índices de separação e de divórcio, o aumento dos casos de **produção independente** (mães solteiras) e dos lares capitaneados por mulheres sozinhas, venham provocar novas expectativas sociais quanto aos deveres dos homens como pais. (...) espera-se que alguns questionamentos levem a novos padrões atitudinais e comportamentais”. (p.61)

Assim, a Revolução Industrial e o Capitalismo, com a sua idéia de produção organizada em função do lucro, ao invés de visando apenas as necessidades da população, deslocaram a base social da produção da família, que deixou de ter função produtora e manteve apenas a reprodutora, e fizeram com que a participação da mulher como força de trabalho se tornasse necessária, não conseguindo mais o homem, sozinho, garantir a subsistência da família. As mulheres foram impelidas, por conseguinte, a um movimento de ocupação maciça de espaços públicos, buscando não só o trabalho remunerado, mas também o estudo universitário, o poder político, etc...

O Movimento Feminista e a mudança da condição feminina tiveram, logicamente, reflexo imediato na organização social, provocando também

mudanças na estrutura da família. As mulheres, esgotadas pela jornada dupla, passaram a reivindicar uma maior participação do homem na esfera doméstica, e que tarefas com a casa e cuidados com os filhos passassem a ser compartilhados por ele, o que ajudou a impulsionar alterações também na condição masculina. No dizer de Ramires (1997): “A evolução da condição masculina é a outra face da evolução da condição humana feminina. Uma não se completará sem a outra” (p.36)

Na verdade, como bem coloca Kuhn (2005), o sistema patriarcal sempre oprimiu, embora de formas diferentes, os dois sexos, e não apenas o feminino. Talvez por isso, essas modificações foram geralmente sentidas pelo homem como benéficas e gratificantes, segundo os dados obtidos em pesquisa feita por Ramires (1997). Passou-se a questionar a capacidade de maternagem como exclusiva das mulheres e a reconhecer essa capacidade também nos homens.

Mesmo com 20 anos de defasagem em relação à revolução feminina, os homens resolveram se libertar dos mitos da masculinidade, que os constrangiam e impeliam à hipervalorização da força física e do poder, ao excesso de brutalidade e arrogância, à pretensa ausência de temor, à negação da fragilidade, à impossibilidade do reconhecimento de falhas e sentimentos, e ao preconceito, e fizeram sua própria revolução, tornando-se capazes de encarar de frente a mulher forte e bem-sucedida dos dias de hoje.

Com a Revolução Masculina, os homens abandonaram e desconstruíram o antigo ideal de virilidade, e evoluíram rumo a um novo homem, um homem mais “feminilizado”, que tem a sensibilidade mais desenvolvida, assume e expõe suas emoções, é mais próximo de seus filhos, capaz de cuidar deles, de levantar de madrugada para fazer mamadeira, e de construir com eles uma forte relação de afeto e intimidade.

Repensaram e recriaram, estes homens, toda a paternidade, diante do novo espaço que se lhes abria... buscaram um novo sentido para o “ser pai”, novas maneiras de exercer essa função, desvinculando o ato de prestar cuidados e atender às necessidades das crianças (maternar) da figura da mãe, da mulher.

Começou a surgir então um “novo pai”, fundamentado nessa nova concepção de paternidade. Um pai que busca desenvolver uma relação de amizade e companheirismo com os filhos, desde a gravidez da esposa, quando sua participação já ocorre, através do compartilhamento de alegrias e preocupações do

período da gestação. Ele conversa com o bebê que está apenas se formando, canta para ele, sente seus movimentos, etc...

Quando a criança nasce, o novo pai já se sente também responsável pelo filho, e pronto para lhe dar amor, cuidados e sacrifícios: alterna com a mãe, nos “plantões noturnos” e participa de todas as tarefas diárias, antes exclusivas dela (com exceção, obviamente, da amamentação). Ele sabe interpretar os sinais expressos pelo comportamento do bebê e fornece as respostas nos termos e momentos adequados. Pode, assim, desempenhar com bastante habilidade a maternagem, e o faz com competência, disposição e motivação, mostrando-se bastante apto e capaz.

Isso trouxe uma nova perspectiva a respeito das possibilidades masculinas de exercerem o papel paterno, deixando de ser apenas o substituto da mãe nos primeiros anos da criança. Até mesmo a perspectiva psicanalítica moderna, embora não deixe de privilegiar a relação da criança com a mãe, enfatiza cada vez mais a importância da presença real do pai no desenvolvimento da criança e os danos causados por sua ausência, admitindo que homens são capazes de participar ativamente dos cuidados e criação dos filhos e que isto é bom, tanto para eles quanto para as crianças.

Afinal, se a mulher é capaz de desempenhar atividades fora de casa com a mesma habilidade que o homem, por que não seria o homem também capaz de desempenhar as atividades do lar com a mesma capacidade da mulher?

Como bem coloca Burdon (1998):

“...existem amplas evidências de que os homens podem cruzar as linhas de demarcação dos sexos e terem competência em áreas “femininas” do trabalho doméstico, seja quando surge a necessidade, quando a mãe não está presente, seja por opção, quando os homens decidem assumir o papel principal no cuidado das crianças e nas tarefas domésticas.” (p.84)

A tendência é, portanto, cada vez mais o pai poder participar, dividir com a mãe as responsabilidades em todos os momentos da vida dos filhos... Afinal, criar filhos, com tudo o que isto engloba (alimentar, dar banho, trocar fralda, levar no médico ou na escola, conversar, e tudo o mais que faz parte do dia-a-dia da criança) é uma tarefa para ser compartilhada pelos dois. As experiências de ter, cuidar, criar e educar um filho ou uma filha não devem ser privilégios exclusivos das mulheres, mas sim vivenciadas por ambos os pais. E os homens agora sabem

que podem fazer isto, estabelecer uma maior proximidade e um vínculo forte com os filhos, e ainda manifestarem carinho e afetividade por eles, sem que com isso percam as características peculiares de seu gênero, e sem verem por isso ameaçada sua identidade masculina. Ver, em uma revista, a figura de um homem com o filho recém-nascido em seus braços e uma expressão de extrema ternura no rosto não escandaliza mais ninguém.

Ramires (1997), após fazer um levantamento de diversas teorias a respeito da paternidade, investigou o ponto de vista dos próprios pais sobre a questão, procurando assim obter uma compreensão diferenciada sobre o fenômeno da paternidade. Para isto, realizou uma pesquisa qualitativa, através de entrevistas individuais semi-estruturadas com 12 homens-pais.

Desta pesquisa, a autora concluiu que os homens do final do século XX colocavam a paternidade como área prioritária de sua vida, algo desde sempre incluído em seus projetos de vida, em seus planejamentos. Ter filhos é, portanto, um desejo seu, assim como o de ter uma participação mais ativa na criação e no cuidado deles. O desejo de maternar não é exclusivamente feminino. Ter um filho para um homem atende a muito mais que o desejo de dirimir dúvidas a respeito de sua potência e capacidade de gerar e assegurar a continuidade de sua linhagem, ou de se igualar, e mesmo superar, o próprio pai na criação do filho. Torna-se cada vez mais presente no homem o desejo de assumir o papel de pai e de ter uma maior participação na criação de seus filhos e filhas. As únicas funções das quais ele aceita permanecer excluído são a gestação e a amamentação, devido a sua impossibilidade fisiológica.

Os homens entrevistados pela autora mostraram ter sentimentos, fantasias e preocupações muito semelhantes aos que as mulheres possuem (dúvidas sobre sua capacidade, seu preparo e maturidade para ter um filho, ser um bom pai e saber cuidar bem dele), e desejar ter um envolvimento maior nas tarefas e atividades do dia-a-dia de seus filhos, tais como dar banho, trocar fraldas, dar mamadeira, cantar para eles dormirem, intercalar com a esposa nos “plantões noturnos”, levar e buscar na escola, no pediatra ou no dentista, acompanhar em passeios e festinhas de aniversário, ir a postos de vacinação e reuniões escolares, praticar esporte junto com a criança, brincar, conversar com ela, etc...

A pesquisa mostrou que esses pais já estavam efetivamente incorporando essas atividades ao seu cotidiano, modificando o papel e construindo a identidade

do novo pai. E que desempenhavam essas tarefas com prazer, sentindo-se tristes e culpados quando não dispunham de mais tempo para se dedicarem aos filhos, reclamando, por isso, da organização social do trabalho, que não considera a necessidade ou o interesse da participação paterna na vida da criança, e vê o papel do pai limitado à função de bom provedor da família.

A pesquisa denota, assim, o surgimento de um novo pai, que busca desenvolver com os filhos uma relação mais próxima, desde que esses filhos são bebês, e fundamentada na amizade e na confiança recíproca. Esse novo pai é um modelo menos autoritário, rígido e hierárquico. Busca ser parceiro dos filhos, alguém com quem eles saibam que podem sempre contar, e auxiliá-los melhor em seu desenvolvimento. A nova relação estabelecida entre pais e filhos, além de ser muito gratificante para ambos, ainda estimula o desenvolvimento de um forte apego entre os dois. E quanto mais o homem desenvolve sua auto-confiança em relação à sua capacidade de exercer bem o papel de pai, melhor também fica sua auto-estima de maneira geral.

Porém, ao mesmo tempo em que, de um lado, a mulher reivindica a mudança do homem, e sua participação mais efetiva nos cuidados com os filhos; de outro, ela tem atitudes que parecem um tanto contraditórias, buscando tomar todas as precauções para que ele nunca ocupe um lugar tão importante quanto o seu.

Quando a questão é educar os filhos, parece que as mulheres têm uma forte resistência em compartilhar, como se a criação dos filhos tivesse que ser exclusivamente um monopólio seu. Se, explicitamente, buscam envolvimento masculino na criação dos filhos, secretamente sentem qualquer tentativa de participação como uma invasão do seu território, uma intromissão no seu domínio de poder. Algumas mães, como leas, não permitem que ninguém tenha uma proximidade maior com suas crias – nem mesmo o pai.

Quando o permitem, querem que tudo o que diz respeito à criança seja feito da forma que ela considera a melhor ou a mais correta, não deixando ao pai o mínimo espaço de liberdade para descobrir a sua própria maneira de fazer as coisas para ou com os filhos. Querem continuar gerenciando a criação dos filhos, determinando os padrões pelos quais as tarefas devem ser feitas, não permitindo que os pais possam fazê-las a seu modo.

Tal ambivalência é facilmente explicável: há sucessivas gerações, o papel de mãe e a maternagem baseiam toda a construção da identidade feminina, estando essa idéia já profundamente arraigada nas mentes de homens e mulheres de nossa sociedade. Não é fácil para as mulheres abrir mão de parte dessas funções, sem se sentirem profundamente afetadas por isto. Assim coloca Ramires (1997): “O filho/filha transforma-se em objeto de posse (...) e sua educação não é uma tarefa que envolva, no mínimo, um pai e uma mãe, mas sim um dono, que exercerá essa função sem *concorrente*.” (p.97)

Quando a mãe parece querer concentrar todo o afeto dos filhos nela, o pai, por sua vez, tende a se conformar com o papel secundário que lhe é atribuído, e afasta-se, abrindo mão de suas posições, de seu espaço como pai, e até do exercício desse papel. Por que tal fato ocorre? Segundo os dados obtidos na pesquisa de Ramires (1997), os pais fazem isto por temerem que constantes competições e divergências com a mãe, na criação dos filhos, acabem prejudicando os mesmos.

Além disto, muitos pais admitem ter, em relação à criação dos filhos, um sentimento de incompetência, questionando sua capacidade de cuidar deles, principalmente enquanto bebês. Afinal, como diz Ramires (1997):

“... eles cresceram aprendendo a introjetar um modelo de cuidado e criação de filhos/filhas no qual as mulheres maternavam, exclusivamente. Foram criados e cuidados segundo este modelo, caracterizado pelo monopólio das mães em relação aos filhos/filhas”. (p.97)

Esta é também a razão de os pais não lutarem com mais freqüência, na Justiça, pelo direito de guarda ou de maior convivência com seus filhos, no caso de separação/divórcio: acreditam que esta conduta poderia prejudicar as crianças, pois conservam a idéia de que a relação com a mãe tem uma importância maior para os filhos que aquela que desenvolvem com ele.

Uma outra questão que apontam como desestímulo na luta pela guarda de seus filhos, é o fato de saberem que, na prática, o estabelecimento da guarda para o pai, ou mesmo da guarda conjunta, compartilhada por ambos os genitores, é ainda raro em nosso país, permanecendo como opção “óbvia e natural” dos juízes, em um consenso tácito com a sociedade em geral, a atribuição da guarda à mãe, fruto da organização tradicional dos papéis de gênero.

Mas isto está em mutação. No horizonte jurídico e social já desponta uma tendência à mudança. Homens querem a guarda, mostram-se dispostos a criar os filhos sozinhos, morando com eles e assumindo sua educação. Alguns já se julgam em melhores condições e mais bem preparados para o encargo, do que as mães. E esta mudança de mentalidade tem se refletido nas estatísticas judiciais e sociais.

Em 2001, 53% dos processos de guarda em São Paulo foram movidos por homens, que foram pedir na Justiça o direito de maternarem seus filhos. E em 2% dos lares brasileiros, o homem já vive sozinho com seus filhos (Silveira, 1998).

Segundo Burdon (1998), os pais tendem a se comportar de forma diferente, em relação às mães, com as crianças. Pegam, geralmente, o bebê, para brincar com ele, enquanto as mães o pegam, na maior parte das vezes, para realizar tarefas rotineiras. As brincadeiras do pai são mais físicas e agitadas que as da mãe, e mais imprevisíveis e inventivas. Mães fazem brincadeiras mais fixas e previsíveis. Talvez por isso, segundo o autor, bebês em geral preferem os pais quando a proposta é brincar, o que, normalmente, deixam as mães aborrecidas.

Também os resultados escolares sofrem bastante influência da existência ou não de um controle paterno durante os anos de escola primária, que se mostra de fundamental importância para o desenvolvimento de um senso de confiança e segurança na criança. Assim como, no adolescente, o afrouxamento desse controle se faz indispensável para que o filho alcance índices mais altos de competência e habilidades sociais (Burdon, 1998).

Outro aspecto que a pesquisa de Ramires aborda é o fato de que, fazer ou não parte do dia-a-dia dos filhos, estar ou não presente nos momentos de suas vidas, participar ou não das etapas do seu desenvolvimento, tem enorme influência no sentimento e na vivência da paternidade.

Assim, o distanciamento dos filhos, que algumas vezes é consequência da separação/divórcio do casal, gera no homem muito sofrimento e angústia, uma série de conflitos e ansiedades, inclusive em termos de identidade, quando vê frustrado seu desejo de convívio e proximidade dos filhos, de envolvimento e participação na vida deles. Isto gera um terrível sentimento de perda e de exclusão, que acaba levando esses homens a renunciarem a seu papel e a sua função junto a essas crianças, ao mesmo tempo em que tendem a assumi-los junto aos filhos de sua nova esposa ou companheira, caso estes morem com eles.

Mas a pesquisa de Ramires (1997) também sinalizou que, em outros casos, só após a separação/divórcio do casal parental a convivência mais próxima e vibrante e o relacionamento mais íntimo e com mais contato entre pais e filhos se tornaram possíveis. A saída de cena da mãe-monopolizadora mostrou-se, então, essencial para que pudesse haver espaço para esse tipo de relação.

Em qualquer caso, entretanto, após a separação/divórcio, os homens, em geral, manifestam preocupação com o estado emocional dos filhos, e buscam preservar ao máximo, mesmo que com sacrifícios de sua parte, a vida e o ambiente dessas crianças, preferindo, por exemplo, deixar ele próprio a casa onde vivia a família, para que os filhos continuem ali morando, em companhia da mãe.

Segundo pesquisa realizada por Féres-Carneiro (2004), os homens tendem a achar que seus filhos enfrentam muitas dificuldades, causadas pelo divórcio dos pais, enquanto as mães, detentoras da guarda, não percebem nenhum problema maior de adaptação à nova situação por parte dos mesmos. A autora levanta a hipótese de que os pais, por não manterem um convívio tão próximo com os filhos, não percebem que estes não vivenciam a separação com a carga de sofrimento que imaginam, projetando neles seu próprio estado emocional.

Embora creia que isto possa acontecer algumas vezes, acredito que em alguns casos também pode ocorrer justo o contrário: a mãe, que, segundo a pesquisadora, é quem normalmente toma a iniciativa da separação, projetar nos filhos uma facilidade de adaptação e um bem-estar que eles estão longe de sentir, num mecanismo de negação que vai protegê-la do enorme sentimento de culpa por ter causado nos filhos, com uma atitude sua, tão grande sofrimento. Penso que se os pais tendem a imaginar um sofrimento maior do que o real, as mães também tendem a querer mitigá-lo. Este é um bom tema para uma nova pesquisa, que poderá, através de uma investigação mais profunda e específica sobre o assunto, melhor esclarecê-lo.

Infelizmente, é expressivo o número de casos em que há perda do contato ou contatos muito espaçados da criança com o genitor não detentor da guarda. Aos poucos, por razões diversas, o laço com o pai biológico, separado ou divorciado da mãe que permaneceu com a guarda do filho, vai se desfazendo e, não raras vezes, ele permanece como um quase estranho no mundo da criança... O laço biológico entre pais e filhos, definitivamente, não garante a ligação permanente entre eles.

Nos EUA, conforme estudos da *National Fatherboard Initiative* revelam, 55 a 60% das crianças que nasceram na década de 90 viviam afastadas do pai, e de 1960 a 1998, o número de crianças que viviam só com a mãe cresceu de 5 milhões para 8 milhões. Destas, 26% moravam em um estado diferente daquele em que o pai residia, 40% via seu pai apenas uma vez por ano, e mais de 50% sequer o conhecia (Montgomery, 1998).

Os estudos citados mostram que as mães divorciadas não dão valor ao contato dos filhos com os pais, chegando inclusive a sabotar as visitas, fazendo tudo o que parece estar a seu alcance para que as crianças vejam e tenham contato com os pais o menor tempo possível. Só um sexto das crianças cujos pais se divorciaram vê seu pai semanalmente. Após dez anos de separação, apenas um décimo das crianças continua mantendo contato com seu genitor.

Apesar disso, os dados das pesquisas parecem mostrar que essa distância paterna acarreta imensos prejuízos para os filhos. Aqueles que crescem sem a presença do pai em suas vidas têm duas vezes mais probabilidade de repetir o ano escolar e apresentam 11 vezes mais comportamento violento nas escolas. Entre adolescentes, há três vezes mais ocorrência de suicídio do que entre os que tiveram o acompanhamento do pai em suas vidas. 72% dos adolescentes assassinos, 60% dos estupradores e 70% dos delinquentes juvenis internados em instituições reformadoras cresceram sem pai. 80% das crianças da pré-escola com diagnóstico de doenças psiquiátricas também. Crianças criadas sem contato com o pai ficam mais sujeitas a apresentarem doenças como asma, bronquite e distúrbios da linguagem, e parecem mais suscetíveis ao suicídio, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, aborto, o envolvimento com drogas ou álcool, e a criminalidade em geral (Montgomery, 1998).

Segundo este autor, no final da década de noventa, no Brasil, a taxa de divórcio tinha quadruplicado, em relação à década de sessenta, e, na classe média e alta, um quarto das crianças que freqüentavam as escolas já eram filhas de pais separados. Na classe baixa, 40% das crianças também não viviam mais com o pai.

Por outro lado, nas novas configurações familiares, oriundas de descasamentos e recasamentos, há homens que acolhem como seus os filhos de outro homem, mantendo relações parentais com os descendentes de suas parceiras, com os quais não possuem nenhum laço biológico. É o que se costuma

chamar de paternidade sócio-afetiva. Fica aqui uma pergunta: teria a paternidade biológica um estatuto superior, igual ou inferior a esse outro tipo de paternidade?

Como já exposto no primeiro capítulo, Lacan (2002) aborda a família como uma estrutura cultural, e não natural, sendo apenas contingente que seus componentes sejam ligados entre si por laços biológicos. Cada sociedade, segundo ele, possui uma representação imaginária de família, conforme sua ideologia. Por isso mesmo, este autor não fala mais do pai ou da mãe, mas sim em funções paternas e maternas, não necessariamente desempenhadas pelas pessoas físicas do pai ou da mãe biológicos.

Para ele, a figura concreta do pai é inclusive dispensável, importando apenas sua dimensão simbólica. O ato da castração, isto é, do rompimento da ligação simbiótica entre a mãe e a criança, não seria resultado da ação de uma pessoa física, mas do pai simbólico, que pode ser ou não o pai real, mas é sempre um estrangeiro que invade o território exclusivo da relação mãe-filho para dar um corte naquela intimidade existente entre eles, colocando-se no meio dos dois.

Diante não apenas da paternidade sócio-afetiva exercida pelo homem em relação aos filhos de sua esposa ou companheira, mas também da descoberta de novas técnicas de reprodução; dos casais homossexuais, onde um(a) companheiro(a) assume funções parentais em relação aos filhos do(a) outro(a); dos meninos e meninas de rua, que abandonam seus genitores e elegem nas ruas o seu novo “pai”; e de todos os novos problemas e novas questões surgidas a partir dessas novas versões da figura paterna, torna-se necessário desenvolver uma compreensão mais dialética da paternidade.

Em verdade, torna-se cada vez mais evidente que, assim como ser mãe não se reduz a ser genitora, ser pai também é diferente de ser progenitor. Fecundar uma mulher não torna alguém pai de uma criança, nem garante que a experiência da paternidade seja vivida em plenitude. Esta é uma experiência que vai muito além do fato biológico, natural. É muito mais complexa, envolvendo aspectos psicológicos, sociais e afetivos, de tal forma que pode ou não acontecer entre um homem e uma criança, independente de ter ou não ter sido o sêmen daquele homem usado para gerar aquela criança. Assim, ressalta Gadotti (1998):

“O amor paterno (materno) não é simples nem complicado. O amor paterno exige presença ativa, diálogo... permanentes, intermináveis, mesmo quando os

casamentos se desfazem. (...) Eis a questão da paternidade: é preciso ter tempo e disponibilidade para viver com os filhos. Amor paterno (materno) é presença ativa e atenção. É construção. Não é instintivo, genético. É conquista.” (p.109)

E, mais adiante, na mesma obra:

“...ir à escola com eles, sentar na carteira onde eles sentam, (...) os acompanhar ao médico, ao campo de futebol, ao jogo, (...) juntos fazer suas lições de casa (com eles, e não para eles)... Não ter isso é não ter pai. Porque ter pai significa estar amparado em alguém, contar com ele, ter um vínculo seguro, não se sentir desamparado, abandonado (...) O que conta nas relações entre pais e filhos (...) são os vínculos que se criam e a intensidade dessas relações. Por isso, podemos não ter pais, mesmo os tendo.” (p.110)

E eu completaria: “...e podemos ter pais, mesmo não os tendo!”

É o caso dos homens que desenvolvem fortes ligações com crianças que criam como filhos, embora não o sejam realmente (por exemplo, os filhos de sua esposa). Às vezes, a ligação que constroem com eles é mais forte do a que mantém com seus verdadeiros filhos. Não é incomum que, com o tempo, sintam aquelas crianças que “adotaram” mais como seus filhos do que aquelas a que são realmente ligados pelos laços sanguíneos.

É evidente que isto não quer dizer que todos os pais que se separam das esposas deixem, necessariamente, de exercitar sua paternidade em relação aos filhos que tiveram. Nem, infelizmente, que todos os pais que residem na mesma casa que os filhos o façam. Quanto a isto, ressalta Cuschnir (1991):

“A sociedade gosta de culpar os pais que se separam, mas poucos se dão conta de que o pai de fim-de-semana pode existir tanto no casado, como no descasado. O pai que se deixa engolir pelo trabalho, a ponto de abandonar emocionalmente os filhos, por exemplo, pode até prejudicar mais a criança do que o pai que mora em outra casa, mas que dá atenção, telefona sempre, leva o filho para passear, almoçar fora, conversar, enfim, que está verdadeiramente disponível para o filho. (...) o pai que come e dorme todos os dias em casa, mas está sempre com a cabeça em outro lugar, não tem nenhuma vantagem sobre o pai que se descasou.” (p. 5)

O que se está tentando dizer é que a ascendência genética difere profundamente dos conceitos de paternidade ou maternidade, pois, como bem coloca Almeida (2003):

“ o estado de filiação não se estabelece(...) apenas como ato puramente biológico. (...) Consubstancia-se, sim, na formação de laços afetivos, na história pessoal de

cada membro da família sendo pautada por alegrias e tristezas compartilhadas, (...), apoio, comprometimento, solidariedade, influências do ambiente familiar e social, que a hereditariedade sanguínea não consegue desvelar e construir, por si só.” (p.281)

Ou, nas palavras de Nogueira (2001): “Pai tem que ser muito mais que simplesmente pai jurídico ou pai biológico. Tem que ser pai de coração, de adoção e de doação!” (p.98). Ou ainda, nas de Silveira (1998):

“A definição dos lugares do pai e do filho surge em decorrência da relação interpessoal. São os afetos produzidos na relação que nomearão seus integrantes. (...) Assim como os adultos adotam ou rejeitam seus filhos, os filhos adotarão ou rejeitarão seus pais. Essa é uma relação, como todas as outras, co-construída e reconstruída permanentemente.” (p.31)

E é uma relação que começa a ser construída ainda na infância do pai, pois, assim como o relacionamento de uma mulher com sua mãe influi direta e imensamente na maneira que ela exercerá sua maternidade, o exercício da paternidade também está intimamente relacionado com a vivência que o homem teve como filho e com o modelo de pai que introjetou, a partir dessa sua experiência.

Obviamente, o caminho mais comum é a reprodução fiel do modelo, atualizando na relação com os filhos os aspectos experimentados na relação com o pai. Mas os homens dessa nova era, que tiveram que construir uma nova paternidade, mais adaptada às exigências femininas na nova estrutura social, tiveram, quase sempre, que reformular o comportamento do próprio pai, repetindo seus méritos e qualidades, mas reparando seus defeitos e deméritos, na tentativa de superá-los.

Criados na perspectiva tradicional, em que os papéis dentro da família eram inevitavelmente distribuídos conforme o gênero, esses homens tiveram, em sua maioria, pais frios, distantes, que não podiam demonstrar sentimentos em relação ao filho, fazer-lhes carinho, ou parar para conversar com eles com muita frequência. Ou seja, pais totalmente adaptados ao papel que lhes era atribuído: o de provedor e responsável pela família, dono da última palavra, autoridade máxima do sistema familiar, mas distante da vida dos filhos, desconhecedor dos impasses cotidianos e decisões que estes tinham que tomar.

Ao terem seus próprios filhos, em um momento em que sua participação na educação deles é até socialmente incentivada, os homens têm a oportunidade de fazer uma reelaboração e um resgate da própria infância, sendo como pais exatamente o inverso do que seus próprios pais foram com eles: afetivos, participativos, próximos. Sendo para os filhos o pai que eles gostariam de ter tido. Um pai que abraça, que diz para os filhos que os ama, que demonstra que sente sua falta, e lhes fala de sentimentos.

Segundo relata Ramires (1997), numerosas observações atestam que as crianças têm capacidade de estabelecer uma ligação precoce de apego com o pai (na verdade, essas observações mostram que o mundo objetal da criança vai muito além das figuras de seu pai e de sua mãe: avós, babás, irmãos e irmãs também integram, ampliando e multiplicando, o seu mundo objetal). Por isso, o fato de o pai ser também um dispensador de cuidados primários ao filho, provoca a criação de um homem novo, tanto no pai, quanto no filho. A dependência e o laço simbiótico com a mãe sofrem uma forte diminuição e os laços libidinais da criança são melhor distribuídos, o que provavelmente acarretará enormes modificações nas seqüências edípicas e pré-edípicas.

Os filhos e filhas desses homens, que vivenciam com seus pais uma relação diferente, bem mais intensa da vivenciada historicamente pelos homens até então, experimentando com eles um corpo a corpo tão íntimo quanto o que experimentam com as mães, também internalizarão um modelo diferente de relação. Tudo isto, segundo acredita Ramires (1997), acabará fatalmente modificando a configuração do Complexo de Édipo, que não mais se dará, segundo ela acredita, da forma como Freud (1996e) o descreveu para a sociedade do início do século passado.

À medida que a estrutura familiar vai se modificando, e apresentando uma nova configuração, em que o exercício da paternidade se dá de forma diferente, os cuidados infantis, a atenção e a responsabilidade para com os filhos sendo compartilhados, divididos entre pai e mãe, e em que se desenvolve, entre homens e mulheres, um novo tipo de relação, menos hierárquica, autoritária e excludente, e mais solidária, cooperativa, complementar, onde todos participam e a liderança pode mudar de figura, conforme as circunstâncias e a necessidade, acredita Ramires (1997) ser inevitável que a estrutura psíquica do indivíduo venha a sofrer modificações, assim como a própria vivência do Complexo de Édipo.

O menino, com um modelo identificatório mais próximo e afetivo, poderá integrar melhor sua sexualidade com o afeto, não necessitando mais desvalorizar e rechaçar tudo aquilo que identificar como sendo próprio do feminino. Possuir uma figura de pai próxima e afetiva com que se identificar, repercutirá na possibilidade de ele, enquanto homem, desenvolver vínculos mais íntimos e profundos com as pessoas que venham a fazer parte de sua vida. A menina, por sua vez, não terá mais motivos para se sentir inferior, pois terá como modelo identificatório uma mulher que é valorizada, tanto socialmente quanto dentro da própria família, atuando na esfera pública tanto quanto na privada. A universalidade do Complexo de Édipo é, assim, questionada. Não será ele vivenciado de maneira diversa, conforme variam as condições sócio-culturais de determinado grupo?

Jablonski (1999) afirma, em trabalho no qual esboça algumas relevantes considerações sobre a identidade masculina e o exercício da paternidade nos dias de hoje:

“Numa visão otimista, creio que estamos no caminho certo. Talvez um pouco mais longo e sinuoso do que o esperado – principalmente pelas mulheres – mas com a esperança de que no fim deste caminho não mais nos deparemos com o terrível **boçalossauro**, o qual já teria sido devidamente despachado de volta para o passado, lugar mais adequado para um ser que deveria estar fazendo companhia a seus companheiros extintos há bom tempo.” (p. 67)

Mas toda esta transição não tem se mostrado nada simples para a maior parte dos homens. Isto porque a sociedade tem atitudes bastante contraditórias, parecendo exigir deles a cada momento uma postura diferente, e às vezes diametralmente oposta à do momento anterior.

Silveira (1998) tenta sintetizar as múltiplas exigências feitas ao homem durante a sua vida, pontuando a dificuldade do homem moderno de, inclusive, encontrar sua própria identidade como pai, frente a tantas e tão díspares expectativas. Diz ele:

“Até as vésperas de saber que será pai, ao homem é proibido demonstrar grande interesse por crianças. No momento em que souber que sua companheira está grávida, deve demonstrar exaltação e a partir daí ‘ficar grávido’(!), sim porque a ideologia atual nos diz que não é mais a mulher que fica grávida, mas sim o casal. Durante o período de gravidez, o homem tem que demonstrar interesse, logicamente, mas apenas na medida em que a mulher o permitir, pois, se ultrapassar, logo ouvirá a célebre frase: ‘Deixa, que isso é coisa de mulher. Você é homem e não entende disso (seja da decoração do quarto do bebê, da compra de suas roupas, etc...!)’, frase essa que o acompanhará pelo resto de sua vida, como pai.

No dia seguinte ao nascimento da criança, o homem deve demonstrar habilidades que nunca teve estímulo nem espaço para desenvolver, como saber dar banho, trocar fraldas, etc..., isto tudo, de novo, na medida do que lhe for permitido, é claro! Se ultrapassar os limites, a famigerada frase surgirá como um marco, de imediato!

Se por acaso a união do casal é rompida, o homem passa de ‘pai’ a ‘visita’, ou seja, daquele elemento imprescindível, tanto para a esposa quanto para o filho, ele passa a “ter a permissão” de visitar seu filho um fim-de-semana a cada 15 dias. Ai, (...) ele deve esquecer seus sentimentos relativos à paternidade, pois já não é mais necessário ajudar a mãe, cuidando do filho de ambos! Infelizmente, nesse caso, não é só o pai que terá que ‘esquecer’ seus sentimentos. O filho, que não tem nada a ver com isso, também terá que ‘esquecer’ do pai!” (p.34)

Para que essa nova paternidade possa existir, e o homem possa ser esse pai participativo, afetivo, próximo dos filhos como hoje se quer, é necessário, é claro, haver uma mudança de mentalidade, deixando de haver dúvidas sobre a sensibilidade e as habilidades dos homens para desempenharem as funções paternas.

Mas só isso não basta! É preciso que essa mudança de mentalidade seja complementada por uma mudança estrutural da política social e dos códigos das macrorrelações, que estão longe de dar o suporte necessário à participação equitativa de ambos os pais na educação dos filhos.

Embora o trabalho contribua significativamente na construção da identidade psicológica masculina, ele também é apontado como o fator que mais dificulta - quando não impede – o maior envolvimento do homem nas questões domésticas e familiares (Burdon, 1998).

As práticas profissionais e a cultura dos locais de trabalho, ao contrário do que acontece com as mães, não facilitam em nada a saída desse homem-pai, para que possa estar presente em momentos importantes das vidas de seus filhos. Prova disso está na imensa dificuldade que se enfrentou para aprovar a licença paternidade de 5 dias na Constituição Federal de 1988.

Para que o pai possa estar mais diretamente envolvido na criação de seus filhos, portanto, é preciso que se reconheça, socialmente, e, por consequência, no mercado de trabalho, a legitimidade dessa aspiração masculina, e a importância que ele desempenha na vida e no desenvolvimento de seus filhos. A este respeito, postula Silveira (1998):

“É fundamental que exista um estímulo por parte da sociedade para a prática do exercício da paternidade. (...) Na medida em que a prioridade do homem também

passa a ser a criança com a qual convive, será necessário que a lei o proteja para que não perca seu emprego, caso o tenha, pois certamente aumentará sua necessidade de se ausentar do trabalho. (...) Enfim, é necessário que o homem tenha direitos sociais (creche, licença paternidade, etc...), de acordo com as necessidades efetivas dessa sua nova função social, como acontece, inclusive, em alguns países escandinavos.” (p.35)

Mas isto, por enquanto, permanece ainda como uma utopia, um ideal a ser perseguido no mundo que queremos construir. Um mundo onde realmente haja igualdade e isonomia entre os sexos, sem qualquer tipo de discriminação, e em que as crianças vejam respeitados todos os seus direitos, a começar pelo de conviver com ambos os pais, sendo devidamente cuidada e protegida por eles.